

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

ESTRATÉGIA NACIONAL 2015-2020



Relatório de Acompanhamento - 2015

Macrodesafios do Poder Judiciário

Resumo

Relatório sobre o resultado do Questionário "Execução da Estratégia Nacional – 2015", enviado aos tribunais para acompanhamento dos Macrodesafios e aprendizagem na execução das Metas Nacionais.

Departamento de Gestão Estratégica

Relatório de Acompanhamento da Estratégia Nacional - 2015 **Macrodesafios do Poder Judiciário**

INTRODUÇÃO

O presente relatório apresenta os resultados do Questionário de Execução da Estratégia Nacional em 2015, realizado com a finalidade de acompanhar a Estratégia Nacional 2015-2020 no que tange aos Macrodesafios do Poder Judiciário durante o seu primeiro ano de execução.

O questionário foi encaminhado em abril de 2016 a todos os Tribunais de Justiça brasileiro¹ para que o CNJ pudesse conhecer quais Macrodesafios foram contemplados no ano e, também, entender quais os fatores relevantes e impactantes para a execução das Metas Nacionais 2015.

Cabe explicitar que os dados deste relatório são oriundos dos próprios tribunais, conferindo legitimidade às informações apresentadas.

➤ Estratégia Nacional do Poder Judiciário

A Estratégia Nacional do Poder Judiciário foi instituída pela Resolução CNJ n. 198/2014, na qual foram estabelecidos os Macrodesafios do Poder Judiciário para o período compreendido entre 2015 e 2020.

O ano de 2015 representa o início da execução da Estratégia 2020. Como primeiro ciclo da Estratégia, os tribunais deveriam primeiramente alinhar seus planos estratégicos à Estratégia do Judiciário. Posteriormente, desenvolver projetos e iniciativas estratégicas alinhadas diretamente aos Macrodesafios.

A seguir são apresentados os doze Macrodesafios previsto na referida Resolução:

Macrodesafios	Segmentos
Garantia dos direitos de cidadania	Todos
Combate à corrupção e à improbidade administrativa	Todos
Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional	Todos
Adoção de soluções alternativas de conflito	STJ, Federal, Trabalho e Estadual
Gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes	STJ, Federal, Trabalho e Estadual
Impulso às execuções fiscais, cíveis e trabalhistas	Federal, Trabalho e Estadual
Aprimoramento da gestão da justiça criminal	Federal, Estadual, Militar
Fortalecimento da segurança do processo eleitoral	Eleitoral
Melhoria da Gestão de Pessoas	Todos
Aperfeiçoamento da Gestão de Custos	Todos
Instituição da governança judiciária	Todos
Melhoria de Infraestrutura e governança de TIC	Todos

¹ Com exceção do Supremo Tribunal Federal

➤ **O Questionário**

O Questionário “Execução da Estratégia Nacional 2015” foi dividido em duas Seções. A primeira apresentou questões referentes ao acompanhamento das iniciativas estratégicas dos tribunais para o alcance de cada Macrodesafio, previsto na Resolução CNJ n. 198/2014 .

Solicitou-se informações sobre os projetos e/ou iniciativas executados pelos tribunais selecionados entre aqueles de maior impacto institucional e que tivessem sido concluídos no ano de 2015, informando, também, o respectivo alinhamento ao Macrodesafio do Poder Judiciário.

Assim, coube a cada tribunal a devida correlação entre suas iniciativas estratégicas e os Macrodesafios do Poder Judiciário.

A segunda Seção do Questionário foi composta de questões relacionadas à execução das Metas Nacionais do Poder Judiciário.

➤ **Público Alvo**

O Questionário foi enviado aos 90 tribunais que integram a Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário.

Ao todo 87 tribunais responderam o questionário, 96,66% do público-alvo:

- Os quatro Tribunais Superiores (STJ, TSE, TST STM);
- 27 Tribunais de Justiça;
- 5 Tribunais Regionais Federais;
- 3 Tribunais Militares Estaduais;
- 23 Tribunais Regionais do Trabalho;
- 25 Tribunais Regionais Eleitorais.

➤ **Dados consolidados**

Os dados foram consolidados respeitando as respostas dos tribunais e agrupados conforme o segmento de Justiça a qual são vinculados.

Para fins de acompanhamento foi estabelecido o grau de aderência dos tribunais ao Macrodesafio em 2015, que é o percentual de tribunais que responderam positivamente sobre a conclusão de iniciativas, projetos e ações realizados e concluídos em 2015 em relação a quantidade total de tribunais concernentes ao Macrodesafio.

O grau de aderência não considera a quantidade de iniciativas estratégicas por tribunal e sim se houve alguma iniciativa concluída em 2015. Nesse sentido, esclarece-se que não foram consideradas as iniciativas estratégicas que o Tribunal informou estar em execução em 2016.

Para este Relatório entendemos como iniciativas estratégicas quaisquer projetos, programas, ações relacionadas aos Macrodesafios do Poder Judiciário.

Com relação ao aprendizado na execução das metas, foram apresentados dados na Reunião Preparatória para o 10º Encontro Nacional do Poder Judiciário. O foco, portanto, deste relatório diz respeito ao acompanhamento dos Macrodesafios.

ACOMPANHAMENTO DOS MACRODESAFIOS

Em 2015, o acompanhamento dos Macrodesafios ocorreu por meio do monitoramento do desempenho das Metas Nacionais do Poder Judiciário e das informações contidas no Questionário “Execução da Estratégia Nacional 2015”, conforme demonstra-se nesta parte deste Relatório.

➔ Das Metas Nacionais

Anualmente, os Presidentes dos tribunais firmam compromisso com a sociedade e o CNJ por meio da pactuação das Metas Nacionais do Poder Judiciário, que são aprovadas em Encontro Nacional do Poder Judiciário.

No 8º Encontro Nacional do Poder Judiciário, em 2014, foram aprovadas 7 metas nacionais para o ano-base 2015 relacionadas diretamente aos Macrodesafios do Poder Judiciário, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Meta 2015	Macrodesafio
Meta 1 – julgar mais processos que os distribuídos	Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional
Meta 2 – julgar processos mais antigo	Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional
Meta 3 – aumentar os casos solucionados por conciliação	Adoção de soluções alternativas de conflito
Meta 4 – priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa	Combate à corrupção e à improbidade administrativa
Meta 5 – impulsionar processos à execução	Impulso às execuções fiscais, cíveis e trabalhistas
Meta 6 – priorizar o julgamento das ações coletivas	Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional
Meta 7 – priorizar o julgamento dos processos dos maiores litigantes e dos recursos repetitivos	Gestão das demandas repetitivas e grandes litigantes

Os resultados alcançados na execução das 7 metas aprovadas para 2015 foram divulgados no [Relatório Metas Nacionais do Poder Judiciário – 2015](#), que pode ser acessado no Portal do CNJ.

➤ **Do Grau de Aderência**

Conforme já mencionado, o grau de aderência é a relação da quantidade de tribunais que informaram pelo menos uma iniciativa estratégica alinhada a um Macrodesafio pela quantidade total de tribunais que se vincula a determinado Macrodesafio.

A tabela a seguir relaciona todos os Macrodesafios com os segmentos pertinentes, a quantidade total de tribunais vinculados ao Macrodesafio, a quantidade de tribunais que informou ter concluído iniciativas estratégicas em 2015 e o respectivo grau de aderência.

Macrodesafios	Segmentos	Total Tribunais	Tribunais com iniciativas concluídas	Grau de Aderência
Garantia dos direitos de cidadania	Todos	90	68	75,56%
Combate à corrupção e à improbidade administrativa	Todos	90	48	53,33%
Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional	Todos	90	70	77,78%
Adoção de soluções alternativas de conflito	STJ, Federal, Trabalho e Estadual	58	40	68,97%
Gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes	STJ, Federal, Trabalho e Estadual	58	43	74,14%
Impulso às execuções fiscais, cíveis e trabalhistas	Federal, Trabalho e Estadual	57	43	75,44%
Aprimoramento da gestão da justiça criminal	Federal, Estadual, Militar	36	22	61,11%
Fortalecimento da segurança do processo eleitoral	Eleitoral	28	22	78,57%
Melhoria da Gestão de Pessoas	Todos	90	73	81,11%
Aperfeiçoamento da Gestão de Custos	Todos	90	65	72,22%
Instituição da governança judiciária	Todos	90	64	71,11%
Melhoria de Infraestrutura e governança de TIC	Todos	90	64	71,11%

Conforme demonstrado, o Macrodesafio mais contemplado pelos tribunais em 2015 foi *Melhoria da Gestão de Pessoas*, apresentando grau de aderência superior a 80%.

Com relação aos Macrodesafios pertinentes a todos os segmentos de Justiça, destacaram-se: *Melhoria da gestão de pessoas; Garantia dos direitos de cidadania; e*

Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional, que obtiveram grau de aderência superior a 74%.

Outros destaques são os Macrodesafios *Gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes; Impulso às execuções fiscais, cíveis e trabalhistas; e Fortalecimento da segurança do processo eleitoral* com iniciativas estratégicas presentes em mais de 74% dos tribunais a eles vinculados.

O Macrodesafio *Combate à corrupção e à improbidade administrativa* foi o que obteve menor índice de aderência, ainda que diretamente relacionado à Meta 4 (*priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa*).

Esclarece-se que a análise do grau de aderência aos Macrodesafios permite aos segmentos acompanhar quais os Macrodesafios que ainda precisam ser priorizados e com isso, ao final da Estratégia Nacional 2020, todos os Macrodesafios tenham sido contemplados. Ademais, não se objetivou realizar avaliação das iniciativas informadas pelos tribunais.

Grau de Aderência – Tribunais Superiores

Visando uma maior padronização, os dados sobre os tribunais superiores foram discriminados em tabela específica.

Macrodesafios	Grau de Aderência
Garantia dos direitos de cidadania	75%
Combate à corrupção e à improbidade administrativa	50%
Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional	75%
Adoção de soluções alternativas de conflito	50%
Gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes	50%
Impulso às execuções fiscais, cíveis e trabalhistas	0%
Aprimoramento da gestão da justiça criminal	100%
Fortalecimento da segurança do processo eleitoral	100%
Melhoria da Gestão de Pessoas	75%
Aperfeiçoamento da Gestão de Custos	50%
Instituição da governança judiciária	75%
Melhoria de Infraestrutura e governança de TIC	75%

Ressalta-se que existem Macrodesafios aplicáveis a apenas 1 (um) Tribunal Superior, a exemplo: "Aprimoramento da gestão da justiça criminal" vincula-se ao Superior Tribunal Militar e "Fortalecimento da segurança do processo eleitoral" relacionado ao Tribunal Superior Eleitoral. Ambos, conforme demonstrado, já foram enfrentados em 2015.

Grau de Aderência – Segmentos de Justiça

A tabela a seguir apresenta o grau de aderência por Segmento de Justiça, excluídos os dados sobre os Tribunais Superiores.

Macrodesafios da Estratégia Nacional 2015-2020	Grau de Aderência				
	Eleitoral	Estadual	Federal	Militar Estadual	Trabalho
Garantia dos direitos de cidadania	85,19%	74,07%	40%	100%	70,83%
Combate à corrupção e à improbidade administrativa	59,26%	62,96%	20%	33,33%	45,83%
Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional	77,78%	88,89%	20%	66,67%	79,17%
Adoção de soluções alternativas de conflito	NP	62,96%	60%	NP	79,17%
Gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes	NP	88,89%	20%	NP	70,83%
Impulso às execuções fiscais, cíveis e trabalhistas	NP	85,19%	0%	NP	83,33%
Aprimoramento da gestão da justiça criminal	NP	59,26%	60%	66,67%	NP
Fortalecimento da segurança do processo eleitoral	77,78%	NP	NP	NP	NP
Melhoria da Gestão de Pessoas	74,07%	85,19%	80%	100%	83,33%
Aperfeiçoamento da Gestão de Custos	66,67%	88,89%	60%	66,67%	66,67%
Instituição da governança judiciária	62,96%	85,19%	60%	66,67%	66,67%
Melhoria de Infraestrutura e governança de TIC	62,96%	59,26%	40%	100%	95,83%

NP: Macrodesafio não pertinente ao Segmento de Justiça

Com relação à execução da Estratégia Nacional, sob a perspectiva dos Segmentos de Justiça, destaca-se o Macrodesafio *"Melhoria da gestão de pessoas"*, que obteve aderência igual ou superior a 74%.

Na Justiça Eleitoral, as iniciativas estratégicas mais implementadas foram relacionadas aos Macrodesafios *Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional*, *Fortalecimento da segurança do processo eleitoral* e *Garantia dos direitos de cidadania*.

A Justiça Estadual, como se pode observar, procurou enfrentar os seguintes Macrodesafios: *Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional*; *Gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes*; *Impulso às execuções fiscais, cíveis e trabalhistas*; *Melhoria da gestão de pessoas*; *Aperfeiçoamento da gestão de custos*; e *Instituição da governança judiciária*, todos com grau de aderência superior a 85%.

A Justiça Federal alcançou aderência de 80% no Macrodesafio *Melhoria da gestão de pessoas*.

A Justiça Militar Estadual obteve aderência de 100% nos Macrodesafios *Garantia dos direitos de cidadania*, *Melhoria na gestão de pessoas* e *Melhoria de Infraestrutura e governança de TIC*.

Na Justiça do Trabalho, o destaque foi o grau de aderência de 95% em *Melhoria de infraestrutura e governança de TIC*. Pode-se mencionar, ainda, os Macrodesafios *Impulso às execuções fiscais, cíveis e trabalhistas e Melhoria da gestão de pessoas* que alcançaram índice de 83,3%.

CONCLUSÃO

De acordo com as informações prestadas, constatou-se que, em maior ou menor grau, todos os Macrodesafios foram contemplados com iniciativas estratégicas concluídas ainda no ano de 2015, ainda que os tribunais tenham até 2020 para propor soluções por meio ações/projetos para alcançá-los.

Nesse sentido, verificou-se que alguns tribunais não auferiram resultados em todos os Macrodesafios, isto ocorreu, principalmente, por ser o primeiro ano de execução da Estratégia, ao passo que alguns projetos, por sua natureza, demandam tempo maior para apresentar resultados. Além disso, alguns Tribunais e/ou segmentos de Justiça informaram que estabeleceram Macrodesafios prioritários para cada ano da Estratégia Nacional.

Ademais, é importante lembrar que as Metas Nacionais e Específicas estão diretamente relacionadas aos Macrodesafios, como por exemplo a Meta 1: Julgar mais processos que os distribuídos, diretamente relacionada ao Macrodesafio *Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional*. Em virtude dessa correlação lógica, alguns tribunais entenderam que essas metas eram uma iniciativa específica do Macrodesafio.

No entanto, entende-se que a meta constitui, não uma iniciativa, mas sim um permanente processo de trabalho dos tribunais. Desse modo, as metas nacionais e específicas de segmento não foram consideradas na apuração do grau de aderência aos Macrodesafios.

Diante do exposto, pode-se depreender a intenção dos órgãos do Poder Judiciário em realizar iniciativas estratégicas com vistas a enfrentar os Macrodesafios da Estratégia Nacional 2015-2020 e promover a melhoria da prestação jurisdicional.